

O ESTRANHO COMO CATEGORIA POLÍTICA: PSICANÁLISE, TEORIA *QUEER* E AS EXPERIÊNCIAS DE INDETERMINAÇÃO¹

Vinícius Moreira Lima²

Ângela Maria Resende Vercaro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil.

RESUMO. Judith Butler se apropria de vários conceitos da psicanálise, mas não explora o estranho (*Unheimliche*) freudiano. Trata-se, aqui, de investigar a função política desse conceito, considerando que a norma o converte em abjeção, como em casos de homofobia e transfobia. No encontro entre um sujeito cujo semblante sexuado é estruturado dentro da hegemonia heterossexual e um sujeito com semblante abjeto, o primeiro espera ver i(a), um outro-espelho de sua imagem narcísica, mas se defronta com a, o estranho abismo do desejo do Outro. Com Lacan, esse *Unheimliche* é produtor de angústia no eu do sujeito, o que faz vacilar suas identificações em uma experiência de indeterminação. Porém, nossas formas de vida sustentam ficções identitárias demasiado rígidas, que convertem essa angústia do indeterminado em medo e violência. Em certos casos de homofobia e transfobia, um sujeito com semblante normalizado vivencia de maneira improdutiva a ameaça de dissolução do seu eu frente a um estranho que é tido como abjeto, inumano, monstruoso. Torna-se crucial pensar formas de vida em que experiências de indeterminação possam ser vividas de maneira produtiva, em que identificações sejam mais porosas em relação àquilo que não se reduz à forma determinada de um eu.

Palavras-chave: Violência; angústia; desamparo.

THE UNCANNY AS A POLITICAL CATEGORY: PSYCHOANALYSIS, QUEER THEORY, AND EXPERIENCES OF INDETERMINACY

ABSTRACT. Here we investigate the political function of the *Unheimliche*, considering it as converted, through the norm, into abjection in certain cases of homophobia and transphobia. In some of these cases, normalized subjects experience the menace of dissolution of their ego as unproductive, when confronted to uncanniness, read as inhuman, monstrous. The subjective circuit of the abject-uncanny triggers anxiety, which in turn causes identity vacillation and points to an experience of indeterminacy. Thus, we point to forms of life in which indeterminacy can be lived productively.

Keywords: Violence; anxiety; helplessness.

EL EXTRAÑO COMO CATEGORÍA POLÍTICA: PSICOANÁLISIS, TEORÍA *QUEER* Y LAS EXPERIENCIAS DE INDETERMINACIÓN

RESUMEN. Se trata de investigar la función política del *Unheimliche* freudiano, considerándolo como siendo convertido, por la norma, para la forma de abyección, en ciertos casos de homofobia y *transfobia*. En algunos de esos casos, un sujeto con semblante normalizado vivencia de modo improductivo la amenaza de disolución de su yo frente a un extraño visto como inhumano, monstruoso. El circuito subjetivo del extraño-abyecto dispara la angustia, vacilando las identificaciones y apuntando para una experiencia de indeterminación. Así, esbozamos formas de vida en que la indeterminación pueda ser vivida productivamente sin generar miedo o violencia.

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² *E-mail:* vmlima6@gmail.com

Palabras-clave: Violencia; angustia; desamparo.

Introdução

A psicanálise aparece constantemente na obra da filósofa Judith Butler como um instrumento de diálogo e de leitura, fornecendo-lhe uma série de recursos teóricos para pensar, por exemplo, o gênero e sua constituição regulatória pela via da normalização. Mesmo assim, a teoria psicanalítica não é algo em que Butler “mergulhe” (Knudsen, 2010, p. 166): antes, ela comparece, em grande medida, para que a autora de *Gender Trouble* possa arranjar “um encontro ou alguma espécie de reunião entre psicanálise e movimentos sociais mais amplos, políticas culturais e questões relativas a gays, lésbicas, bi, trans, intersexo” (p. 167). Levando em conta seu objetivo, a abordagem butleriana da psicanálise se deu, mais centralmente, pelo uso da leitura freudiana sobre a melancolia, a fim de articular os processos psíquicos de introjeção e identificação com objetos de amor perdidos, que resultam na formação melancólica — e, por causa disso, generificada — do eu. Essa noção está presente desde *Gender trouble*, de 1990, sendo aprofundada em *The psychic life of power*, de 1997.

Já outros conceitos psicanalíticos, como a fantasia e a pulsão, são muito importantes, explícita ou implicitamente, no desenrolar de livros como *Bodies that matter*, de 1993, e *Giving an account of oneself*, de 2005. Isso na medida em que, a nosso ver, a pulsão trabalha como pano de fundo, como avesso dos performativos e dos relatos de gênero, funcionando como a contrapartida “imperformável” (Butler, 1993, p. 234), opaca e inconsciente, daquilo que é “performado” (p. 234). Por isso, a pulsão depende de um circuito fantasmático para que se realize, no sujeito do inconsciente³, a assunção — generificada — do seu sexo, de modo a orientá-lo, ainda que minimamente, em relação a seu desejo e aos outros.

Por fim, nos trabalhos mais recentes de Butler, como *Dispossession*, de 2013, a psicanálise também parece persistir em alguma medida, por meio da compreensão de que o sujeito, parasitado pelo inconsciente, não se reduz ao eu, mas, ao contrário, arrasta consigo toda carga de alteridade que o despossui e o descentra de si mesmo de maneiras que nem sempre podem ser ditas, apontando para o aspecto ficcional de toda identidade. Assim, a filósofa toma da psicanálise, majoritariamente, as definições de eu, melancolia, identificação, introjeção, pulsão e fantasia. Entretanto, acreditamos haver ainda grande potencial teórico e político num conceito freudiano que, até então, não foi devidamente explorado por Butler: o *Unheimliche*, inquietante, estranho-familiar (Freud, 1919/2010).

A nosso ver, esse conceito, sendo ele eminentemente estético, ainda não teve suas implicações políticas suficientemente trabalhadas, tanto na literatura psicanalítica como na butleriana, o que nos abre uma rica via de investigação, numa interface entre psicologia social, filosofia política e psicanálise. Tal via nos permitirá trazer novos ares tanto às formulações da psicanálise quanto às teorias de Butler, a qual flerta com o *Unheimliche*, por exemplo, em *Quadros de guerra*, quando afirma que a produção normativa de uma vida é “perpetuamente perturbada por seu duplo ontologicamente incerto” (Butler, 2009/2016, p. 22), ou ainda em *Gender trouble*, quando sinaliza os processos de exclusão que formam o estranho como abjeto (cf. Butler, 1990/2015a, p. 230). Portanto, seguimos na via de pensar o estranho como categoria política, a fim de vislumbrar o político mais além das figuras atuais do humano e de suas possibilidades de reconhecimento, como indicado pela própria filósofa: “é o estranho, o incoerente, o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente” (Butler, 1990/2015a, p. 191).

Para fazer isso, partiremos de uma aproximação, até certo momento, entre a noção do estranho e a do abjeto, para, depois, acrescentar à discussão as contribuições de Safatle (2012) acerca das experiências (produtivas/improdutivas) de indeterminação, feitas na esteira das elaborações de Axel

³ Empregamos, aqui, o termo “sujeito” para nos referirmos ao seu uso em Butler, no nível do reconhecimento de alguém como humano a partir das relações de poder. Por sua vez, o sujeito da psicanálise foi vertido, na maioria das vezes, como “sujeito do inconsciente”, para demarcar sua especificidade em relação à abordagem genealógica, já que ele se situa para além das normas sociais. Em certos momentos, fizemos referência também ao “eu do sujeito”, em busca de maior precisão terminológica nesta abordagem interdisciplinar.

Honneth sobre os sofrimentos de indeterminação. Isso nos permitirá repensar o estatuto do abjeto na economia psíquica dos sujeitos, com o objetivo de construir outras formas de vida. O que sinaliza para circuitos de afetos capazes de tornar produtivas as experiências improdutivas de indeterminação com que sofrem os sujeitos estruturados e reconhecíveis dentro da norma em vigor, pelo excesso de exigências identitárias aí implicadas. Algo que produz efeitos violentos em suas relações com aqueles que desafiam essas gramáticas hegemônicas de reconhecimento, isto é, o estranho e o abjeto. Desse modo, apontamos na direção de modos de vida em que os sujeitos possam circular com menores sofrimentos de determinação, sendo mais capazes de lidar com a angústia do indeterminado sem passar pela via da violência.

As leituras de Judith Butler

As teorias de Judith Butler partem do pressuposto de que as categorias de sexo e gênero, longe de representarem simetricamente a clássica dicotomia natureza-cultura, são ambas construtos do poder, que já está envolvido nos próprios termos e conceitos com os quais negociamos para abordar os problemas. Para Butler (1990/2015a), só temos a noção de um sexo binário, macho-fêmea, porque a construímos a partir de normas binárias de gênero, que engendram, de maneira forçosa, as condições para a emergência de sujeitos homens, de sujeitos mulheres, do masculino e do feminino, o que tem como resultado a ilusão óptica retroativa de um sexo natural, de uma substância anterior ao discurso, que seria meramente expressa nas *performances* generificadas tradicionais.

Tais normas forneceriam uma matriz de inteligibilidade para os processos de subjetivação, em cujo horizonte os sujeitos poderiam ser reconhecidos como humanos ao emergirem normativamente como homens ou como mulheres. Isso ocorre na medida em que os sujeitos são constrangidos a repetirem uma série de atos, gestos e estilizações corporais dentro de uma cena improvisada, citando uma norma que não existe previamente à sua aplicação. Ela só existe durante o próprio processo de ser produzida, aplicada. Isso significa que o regime normativo da heterossexualidade compulsória, campo de inteligibilidade com que produzimos binariamente os sujeitos, depende da sua própria reiteração para continuar existindo e regulando a produção e o reconhecimento dos sujeitos. Daí surge a noção de performatividade, isto é, “uma reiteração de normas que precedem, constrangem e excedem o *performer*” (Butler, 1993, p. 234, tradução nossa).

O que quer dizer que as normas são performativas, ou seja, que essas normas, ao serem produzidas e re-citadas por uma série de atos, palavras ou gestos específicos dentro de um horizonte normativo, criam a própria realidade que elas nomeiam (Butler, 1993, p. 2). Tal horizonte diz respeito à hegemonia heterossexual, isto é, ao fato de que os sujeitos só têm acesso ao reconhecimento quando seus semblantes são produzidos dentro de uma matriz oposicional binária, uma matriz de inteligibilidade que depende de dois termos – homem-mulher, masculino-feminino – para sustentar sua estruturação. A questão se complica quando os constrangimentos da norma não produzem apenas um domínio de inteligibilidade e reconhecimento, mas também um domínio de corpos impensáveis, ininteligíveis, inabitáveis; em suma, o abjeto (Butler, 1993, p. xi). Dito de outro modo, a norma constrói não apenas seu interior, aquilo que é passível de reconhecimento como uma figura do humano. Ela também regula um exterior que lhe é constitutivo, uma vez que é construído em relação à norma mesma: o campo do monstruoso, do terrível, do angustiante, do abjeto, daquilo que vem tensionar os limites do humano — ou do que pode ser reconhecido como humano.

Tais tensões dizem respeito ao aparecimento público de figuras como as *drag queens*, as travestis, as pessoas transgênero, as pessoas intersexo, homossexuais, bissexuais etc. Essas figuras colocam em questão a hegemonia heterossexual, ao desafiar a lógica binária reducionista que tenta naturalizar o desejo e a sexualidade para que sirvam à reprodução sexuada. A nosso ver, o que a aparição do abjeto produz é um ponto de vacilação na ficção identitária de alguns dos sujeitos estruturados dentro da matriz heterossexual hegemônica. Essa vacilação aponta, justamente, para os limites das *performances* de gênero, tal como já nos sugere Butler (1993): “aquilo que é ‘performatado’ trabalha para ocultar, se não para escamotear, aquilo que permanece opaco, inconsciente, imperformável” (p. 234, tradução nossa).

Essa noção de um ponto de opacidade também está presente em outros momentos de sua obra, como em *Relatar a si mesmo* (Butler, 2005/2015b), no qual a filósofa aponta para as falhas, as insuficiências em toda tentativa de dar um relato completo de si mesmo. Isso porque há pontos de embaçamento a indicar que as narrativas identitárias do eu não esgotam o sujeito do inconsciente. Em nossa leitura, esse elemento “sexualmente imperformável” (Butler, 1993, p. 236, tradução nossa), que trabalha no avesso dos performativos e dos relatos de gênero, é justamente o que diz respeito à pulsão, “um excesso e uma opacidade que estão fora das categorias da identidade” (Butler, 2005/2015b, p. 61). Ideia essa que nos será central no desenrolar do texto, por se entrelaçar com a questão do estranho. Assim, as gramáticas de reconhecimento, sempre normativas, não dão conta de uma descrição totalizante do si mesmo, na medida em que sempre haverá um ponto de estranhamento que é interno ao sujeito e que o despossui, o descentra dele próprio. Devido à presença desse estranho-familiar, dessa inquietante estranheza que nos habita silenciosamente, apostamos na via de leitura aberta pela psicanálise com seu conceito do *Unheimliche* para pensar suas relações com o abjeto. Conceito ao qual Butler praticamente não recorre, mas que acreditamos poder reconduzir ao seio dessa discussão.

O estranho-familiar

A noção do *Unheimliche*, de um estranho-familiar, surge na obra de Freud em 1919, em referência à figura de um duplo vertiginoso, assustador, um elemento alteritário que produz em nós um sentimento de inquietante estranheza na medida em que faz confundirem-se as barreiras entre eu e outro. Esse duplo estranho do sujeito torna-se perigosamente próximo, de maneira tal que o sujeito parece poder nele se converter a qualquer instante. Para Freud (1919/2010, p. 353), isso acontece porque houve algo do sujeito que ele mesmo não pôde reconhecer como seu, sendo levado a apontá-lo projetivamente como estranho no outro.

Assim, o estranho-familiar diz respeito a essa conversão em estranho daquilo que nos é mais familiar, daquilo que nos escapa, mas, ao mesmo tempo, nos constitui e nos organiza em nosso íntimo. Nesse sentido, no fundo do sujeito, há um estranho que não é apreensível, mas cuja presença não engana, de modo que, ao vê-lo no outro, só podemos reconhecê-lo como estranho. Para esclarecê-lo, Freud (1919/2010) faz uso da definição de Schelling sobre o estranho como algo que “deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu”, veio à luz (p. 338). Isso implica que “tem de haver um grupo, entre os casos angustiantes, em que se pode mostrar que o elemento angustiante é algo reprimido que retorna” (p. 360).

Seguindo nessa esteira, notamos que Freud (1919/2010, p. 353) relacionava o estranho ao ressurgimento de um elemento anterior ao recalque, pertencente a um tempo mítico, “antes da lei”, como se fosse uma estranha espécie de retorno do recalcado que o eu do sujeito não dá conta de reconhecer. No entanto, com Butler (1990/2015a) e mesmo com Lacan, sabemos o quão problemático é pensar nesse momento original, dado, neutro ou mesmo natural, que já estaria lá e que teria sido recalcado em seguida à instauração de uma lei. É por isso que recorreremos à apropriação do conceito do *Unheimliche* feita por Lacan e Safatle para propor uma releitura da proposta freudiana, sem esbarrar na armadilha teórica do “antes da lei”, “antes do recalque”, “fora do poder”. Algo que nos auxiliará a articular a perspectiva política do estranho como elemento de indeterminação: o fundo alteritário, indizível e contingencial das determinações identitárias.

No Seminário 10, Lacan (1962-63/2005b) irá aproximar o *Unheimliche* à experiência da angústia, retomando a definição freudiana de que esta é um sinal no eu, o sinal de um perigo. Isso porque, desde o Seminário 1, o eu se constitui como uma defesa frente à pulsão: “o eu está estruturado exatamente como um sintoma” (Lacan, 1953-54/2009, p. 27), sendo ele o “sintoma humano por excelência” (p. 27), “esta série de defesas, de negações, de barragens, de inibições, de fantasias fundamentais, que orientam e dirigem o sujeito” (p. 29). Isso significa que o eu é uma instância de desconhecimento, que busca esquivar-se do impossível que subjaz ao desejo.

É sob esse pano de fundo que se desenrola o Seminário 10, a partir da concepção do objeto a como esse resto inapreensível que é nossa existência mais íntima, mas que deve permanecer velado, sob a imagem do outro, i(a), para que com ele possamos operar em sua vertente de causa de desejo.

Na lógica de Lacan, o estranho-familiar será aproximado da angústia justamente na medida em que o aparecimento do *a* é causador de angústia no eu do sujeito, por ser um inquietante objeto imaterial, pré-individual, que precisa ser retirado da cena da consciência para poder funcionar em seu lugar.

Por causa disso, Lacan (1962-63/2005b) avança a formulação de que a angústia não é sem objeto; pelo contrário, ela se deve à presença, na cena, do objeto *a*, que deveria permanecer oculto, mas foi trazido à luz, desafiando os protocolos de identidade que o eu construiu como sua defesa frente ao desejo inconsciente, sendo o perigo da angústia justamente o iminente desvanecimento dessa defesa egoica. Nesse sentido, aproveitamos o ensejo para fazer uma articulação com a política, ao lançar nossa hipótese de que a angústia também pode ser pensada como a presença do abjeto, um objeto abjeto que eu não nomeio nem classifico logo de início, mas que me constitui enquanto um resíduo não identitário, algo mais além de um conjunto de enunciados.

A aparição desse abjeto nos relança ao enigma instaurador da subjetividade: *Che vuoi?* O que o Outro quer de mim? O que sou perante o olhar do Outro? Pergunta fundante que só pode ser respondida dentro de uma estrutura de ficção denominada de fantasia: uma suposição acerca do desejo do Outro sobre mim mesmo, um movimento que irá inaugurar a história do sujeito. Uma vez que não há Outro do Outro, isto é, que não há garantia para o desejo, essa resposta sempre será contingencial, atravessada por uma inconsistência ontológica, pelo furo que, a um só tempo, fundamenta e exige uma invenção subjetiva a contorná-lo. Assim, se não existe, no psiquismo, “nada pelo que o sujeito se pudesse situar como ser de macho ou ser de fêmea” (Lacan, 1962-63/2005b, p. 200), então, podemos lançar outra hipótese: a de que o gênero, com suas exigências normativas, emerge como uma resposta postiça ao *Che vuoi?*. Isso porque, dada a cena de improviso em que cada um é constrangido a performar seu gênero, é a fantasia que criará um roteiro para tranquilizar a angústia, a partir, por exemplo, das ficções normativas do que deve contar como homem e como mulher.

Roteiro fantasmático que é singular, mas que, muitas vezes, compõe exigências com as quais o eu do sujeito, em sua estruturação defensiva, pode não dar conta de operar, preferindo desconhecer a estranheza de seu próprio desejo. Desse modo, o sujeito pode supor que o que o Outro deseja dele é algo que se enquadra numa demanda padronizada de performativos de gênero. Essa estratégia defensiva tem efeitos violentos quando esse tipo de sujeito espera ver *i(a)*, um outro-espelho de sua imagem narcísica, mas se defronta com *a*, o estranho abismo do desejo do Outro. Sustentamos que a aparição desse abjeto movimentava novamente as respostas fantasmáticas — logo, sem garantias — criadas pelos sujeitos cujos eus foram estruturados dentro dos modos hegemônicos de subjetivação, isto é, da matriz heterossexual. Algo que, de certa maneira, remete o eu desses sujeitos ao fundo contingencial e ficcional de sua própria história, às contingências da história infernal de seu próprio desejo, o que não pode ser enfrentado sem angústia. Ainda mais quando o eu desses sujeitos depara com o que para eles é terrível, monstruoso, à beira do inumano, produzindo-lhes o horror de lidar com o pulsional mais além do interior de um regime normativo, isto é, defrontando-se com sujeitos cujos semblantes tensionam os limites de reconhecimento do próprio humano.

E, se essa identidade narrada pelo eu é tão arduamente conquistada a partir do longo processo de tornar-se sujeito e de fazer-se um eu, podemos compreender melhor a maneira com que a aparição inquietante do abjeto causa angústia. Isso porque “a angústia está sempre ligada a uma perda, isto é, a uma transformação do eu”, ou ainda “a uma relação a dois a ponto de se esvair e à qual deve suceder outra coisa, que o sujeito não pode abordar sem certa vertigem” (Lacan, 1953/2005a, pp. 33-34). Assim, a familiar estranheza e a angústia que são geradas pelo encontro com o abjeto remeterão à alteração de determinada imagem do eu, uma mudança vertiginosa que torce, faz vacilar os protocolos identitários de certos sujeitos estruturados dentro da hegemonia binária heterossexual. A dissolução de uma imagem de si aponta, portanto, para as ameaças da instabilidade da identidade, que trabalharemos adiante juntamente com Safatle (2012).

As experiências de indeterminação

Em sua releitura política e filosófica da psicanálise, Vladimir Safatle (2012, p. 132) recorre à ideia de que existe algo a determinar a sexualidade que não lhe permite vincular-se ou reduzir-se a uma

identidade, à imagem unificada de uma pessoa, como unidade coerente de condutas. Esse elemento é, precisamente, uma potência de indeterminação que habita todo sujeito, enquanto força corrosiva do sexual, da pulsão e do objeto *a* que insiste em assombrar a vida psíquica. Isso significa que a estruturação defensiva do eu, pela criação de uma identidade narrativa, de um conjunto de enunciados definidores e performativos, não dá conta de escamotear totalmente os aspectos infernais que também fazem parte da sexualidade humana.

A tentativa de identificar-se por completo a uma identidade sempre fracassará miseravelmente, pois existe uma hiância incontornável entre, de um lado, as narratividades simbólicas e os sentidos imaginários e, de outro lado, o pano de fundo real repleto de negatividade que é a presença, em nós, do sexual. Assim, na medida em que a constituição subjetiva é precedida por um Outro, que funda o humano ao inocular a pulsão pela via do significante, aloja-se, no sujeito, “uma potência de indeterminação e de despersonalização” (Safatle, 2012, p. 44) que se volta contra o caráter restritivo das determinações normativas em vigor e aponta para a instabilidade e inadequação de toda determinação finita, de toda lógica dos predicados, de toda tentativa de determinar atributos identitários de um sujeito.

É isto que a sexualidade humana aparenta ter como seu diferencial: que, pela presença da pulsão, pelo fato de o seu desejo ser causado por um elemento não identitário e desconhecido do sujeito, ou seja, o objeto *a*, então “toda determinação [identitária, finita] será corroída por um fundo de indeterminação que fragiliza sua identidade e sua fixidez” (Safatle, 2012, p. 300). Por causa disso, para Safatle, torna-se fundamental dissociar sujeito e lócus da autoidentidade: o sujeito do inconsciente não se reduz ao eu, à pessoa ou à identidade. Em lugar disso, ele se torna o nome da divisão subjetiva, do processo tenso de negociação entre, de um lado, regimes de determinação socialmente reconhecidos dos entes e, de outro, acontecimentos indeterminados ou marcados pela indeterminação, isto é, aqueles que despossuem o sujeito de seus predicados identitários, de sua narrativa sobre si mesmo.

Essa opacidade que demarca o campo do sujeito do inconsciente tem a sexualidade como local privilegiado de sua manifestação, na medida em que o sexual aponta mais além das formas atuais de reconhecimento das figuras do humano. Isso porque, em psicanálise, a pulsão e o objeto *a* têm um caráter não identitário, desafiando toda tentativa de esgotamento narrativo do que alguém é ou diz desejar. A sexualidade é o que faz vacilar precisamente os esforços de identificação completa com a identidade narrada e performada pelo eu, uma vez que, havendo a hiância do inconsciente, o eu parece, muitas vezes, não coincidir consigo mesmo, levando a experiências inquietantes de estranhamento de si. Nessas experiências, o eu do sujeito depara com fenômenos angustiantes em que situações e objetos que deveriam ser familiares aparecem, de maneira inesperada, fora de seus protocolos normativos habituais de identidade e identificação.

Por isso, o sexual é aquilo que pressiona no sentido do reconhecimento de novas formas de vida, tendo como horizonte de expectativas não uma inclusão na norma, mas, antes, um reconhecimento daquilo que não porta a imagem normativa atual do humano, daquilo que escapa a uma determinação identitária, mas que constitui cada sujeito de forma singular: o caráter opaco e negativo do objeto *a*, da pulsão, que gera a divisão subjetiva, o fundo inumano comum a todos nós. E será justamente a experiência inquietante do estranhamento de si pelo encontro com o outro, anunciadora de um tipo de indeterminação, que nos permitirá fazer uma ponte entre Butler e a psicanálise, a fim de elaborarmos a ideia do estranho como categoria política.

O estranho como categoria política

Em uma releitura lacaniana, aquilo que Freud (1919/2010) nos descreve como a experiência do estranho parece ser a autonomia real que outro ganha frente a nossas organizações simbólicas e expectativas imaginárias, de uma maneira tal que o eu parece não coincidir consigo por um instante, entrando em cena o estranhamento do si mesmo. Esse duplo do eu do sujeito promove o efeito de uma descontinuidade, uma fragmentação, um despedaçamento da imagem do eu, uma cisão subjetiva, algo no sujeito que não é o si mesmo enquanto forma narrativa. Isso significa que, em situações de inquietante estranheza, o eu do sujeito subitamente depara com uma fissura, uma hiância, uma rachadura ontológica em seu próprio ser. Algo que, portanto, ameaça a fixidez identitária

do eu, sustentada, a cada instante, por uma força libidinal de autoconservação. Esse esforço constante refere-se — não tanto à preservação de um ente biológico, mas — à conservação, a qualquer custo, de uma imagem de si mesmo, de determinada narrativa sobre si, que é investida libidinalmente pelo sujeito. O que, então, depende de toda uma história de identificações e contingências vividas por cada um, gerando uma série de defesas pretensamente identitárias que o eu se encarrega de bancar.

Nesse caso, uma vez que o eu se constitui como defesa frente à pulsão, tratamos aqui do fato de que o eu investe radicalmente na conservação narcísica de sua imagem identitária, algo que a pulsão — e, portanto, a angústia — vem desafiar. Isso porque o estranho, como anunciador da angústia, aponta para o caráter angustiante de estar diante de algo com marcas de “indeterminação e ausência de objeto” (Freud, 1926/2014, p. 114), isto é, um objeto que não sabemos nomear, o objeto *a*. Angústia ante um perigo que não conhecemos, que não temos acesso conscientemente, um perigo que é da ordem do pulsional. Entendendo o pulsional como essa força demoníaca de indeterminação que habita todo sujeito, enquanto sujeito do inconsciente marcado pela linguagem, sustentamos que a experiência do inquietante irá nos remeter justamente a esse opaco campo do sexual, em sentido psicanalítico. Isso porque, na cultura ocidental, parece-nos plausível dizer que os sujeitos cujos semblantes desafiam a gramática de reconhecimento da hegemonia heterossexual encarnam esse elemento do estranho para alguns dos sujeitos cujos eus tentam se organizar dentro das normas binárias. Por essa angustiante vacilação, alguns dos sujeitos com semblantes produzidos dentro da hegemonia tendem a atrelar o estranho ao abjeto, a um só tempo citando e reiterando a resposta pela via da violência para lidar com a aparição do inquietante, desconhecendo o *Unheimliche* que também os habita.

Afinal, o sexual, para a psicanálise, angustia não apenas aqueles que estão “fora” das normas, mas também aqueles que, no nível dos semblantes, parecem atender aos parâmetros de certa hegemonia heterossexual. A violência surge apenas como uma das maneiras possíveis de lidar com esse elemento do estranho, que comparece, em verdade, como pano de fundo do humano, para além de toda norma. Desse modo, por meio de uma interpelação desse estranho abjeto, tentaremos trazer contribuições para a compreensão dos mecanismos de gênero, na via aberta por Butler, na medida em que a aparição de objetos que desafiam as gramáticas tradicionais de identidade, como as travestis e as pessoas transgênero, fazem vacilar a linha ficcional da estruturação heterossexual hegemônica. O problema que resulta do encontro do hegemônico com esses objetos que o desafiam está na defesa que entendemos como a mais comum nos casos, por exemplo, de homofobia e transfobia: a saída da violência.

Isto é, a vacilação identitária produz uma defesa projetiva: “Não, nada de diferente, estranho, dismórfico, traumático, alteritário etc. está em mim; está tudo no outro, está apenas no abjeto: no homossexual, na prostituta, na travesti, nas pessoas trans, em tudo aquilo que desafia minha gramática tradicional (e normativa) de reconhecimento; eu me limito ao sujeito do meu próprio enunciado, que possuo como meu”. A angústia de estar diante desses estranhos sujeitos parece romper com a conservação narcísica da imagem de si mesmo que alguns dos sujeitos produzidos dentro da hegemonia tentam falhadamente sustentar. Como consequência, para lidar com esse angustiante perigo pulsional, a indeterminação é convertida em medo, o que gera uma via facilitadora para a violência, física e/ou verbal.

O perigo pulsional que a angústia sinaliza desencadeia uma experiência de desamparo — psíquico, diz Freud, e não biológico —, experiência que não deixa de ser traumática (Freud, 1926/2014, p. 115). Isso compõe um sinal privilegiado para a angústia: “Estou esperando uma situação de desamparo” (p. 116), expectativa de algo que está por vir. Isso faz o sujeito relembrar um tipo de trauma já vivido, o qual será antecipado e tratado como se já tivesse chegado, de modo a afastá-lo enquanto ainda é tempo. A angústia, então, é vista por Freud (1926/2014) como reação original ao desamparo no trauma. O eu tenta retomar ativamente um trauma que foi vivido de modo passivo, reproduzindo-o “na esperança de poder ele próprio dirigir seu curso” (p. 116). O perigo real representado pelo pulsional — de embaçar as coordenadas simbólicas e desvanecer os relatos imaginários que guiam o eu de um sujeito — é convertido em violência. Pois a pulsão, quando vivida em sua forma mais radical de indeterminação, corrói toda determinação identitária, fixa, finita. Mas, quando o eu do sujeito não dá conta de tratar a angústia pela via do simbólico, esse caráter de indeterminação é convertido em agressividade e violência. Se a indeterminação diz respeito ao que há

de mais pulsional na pulsão, como coloca Safatle (2012), então, é só secundariamente que a pulsão de morte é canalizada como violência e destrutividade em direção ao outro.

Primariamente, a pulsão de morte não é pulsão de destruição e agressividade; tal visão só se sustenta se ancorada num lado hobbesiano de Freud, presente em trabalhos como o “Mal-estar na civilização”, texto em que o outro parece ser um objeto intrusivo que ameaça minha integridade física pela via da violência, de modo que, por causa disso, eu deveria me defender por essa mesma via. Violência quase natural, que deveria ser refreada pelo trabalho civilizatório. No entanto, em companhia às construções de Safatle (2016), notamos que, em outros momentos da obra freudiana, há caminhos alternativos para ler a pulsão de morte, que passam menos pela destrutividade do que pela negatividade.

Tal forma de leitura está apoiada na noção do desamparo psíquico como pano de fundo inumano presente em cada sujeito, na medida em que é assombrado por uma sexualidade alteritária que não assume formas narráveis pelo eu e tampouco a imagem de uma pessoa total. Esse elemento estranho, demoníaco, contingente, sem garantias e, especialmente, angustiante é algo que nossas formas de vida atuais ainda se esforçam por escamotear. Isso acontece pelo recurso a uma consideração do medo como afeto político central (Safatle, 2016, p. 48). O problema é que esse lugar dado ao medo reforça uma via facilitadora para a violência e negligencia o essencial da descoberta freudiana, que está, acreditamos, na afirmação do desamparo psíquico como constitutivo do sujeito na linguagem e na relação com o outro.

Afinal, a indeterminação só é vista como um risco a combater com agressividade quando ela não é passível de ser vivida produtivamente, em decorrência de uma forma de vida estruturada de maneira normativamente heterossexual, que faz com que o aparecimento do estranho abjeto seja visto como uma ameaça intrusiva, vindo do exterior, fazendo desconhecer que há um estranho interno a todos nós, que nos desampara e nos despossui de nossas próprias identidades (Butler, 2005/2015b). Isso produz um sofrimento de excesso de determinações, que atuam fixando identificações a serem defendidas a todo custo. Defesa que é posta em vacilação com a aparição de um estranho abjeto, que leva um sujeito com o eu estruturado dentro da norma a “uma fragilização das imagens ordenadas do mundo e de si mesmo” (Safatle, 2012, p. 152), livrando-o de ilusões narcísicas desse eu.

Assim, se o desamparo é a condição psíquica originária frente ao pulsional, que recruta a angústia como sua reação, então a angústia é o sinal do perigo que a pulsão encarna para o eu. Seguindo nessa esteira, a experiência do estranho se torna marca da aproximação da angústia: o encontro com a divisão subjetiva, com a indeterminação que nos assombra como o rosto opaco do inumano em nós. No entanto, essa indeterminação não deixa de ser uma experiência traumática: desfazer suas bordas, seus limites imaginários, permitir quebrar o próprio corpo, deixar que ele se desampare “de sua forma atual para que seja às vezes recomposto de maneira inesperada” (Safatle, 2016, p. 36).

Por isso, a pulsão de morte só aparece como violência quando a indeterminação é vivenciada como improdutiva. Algo que — se levarmos em conta o vetor da violência motivada pelas diferenças sexuais — aponta para a inabilidade de nossas formas de vida em lidar com a angústia do indeterminado. Trata-se, aqui, portanto, de pensar a construção de modos de vida que permitam uma circulação libidinal com menos sofrimento de determinação, produzindo sujeitos que lidem melhor com as experiências de indeterminação, convertendo-as de improdutivas em produtivas. Isso tornará enfraquecida a via da violência para lidar com a pulsão.

Um circuito de conversões: entre a negatividade e a destrutividade

Em nosso trabalho, empregamos a noção de “diferenças sexuais” para englobar as articulações entre semblantes sexuais, orientações sexuais e identidades de gênero cujo conjunto não pareça adequado à linha de ficção identitária da hegemonia heterossexual, enquadrando-se, por isso, no campo do estranho e do abjeto. Ainda que o sexo em psicanálise seja traumático para todos, o caráter sexual e contingente da constituição psíquica torna as diferenças sexuais especialmente traumáticas para alguns dos sujeitos estruturados dentro da hegemonia. Devido a esse caráter de trauma, o encontro com o estranho-abjeto é angustiante; em nossas formas de vida ocidental, a produção da violência é uma estratégia improdutiva para lidar com esse elemento de indeterminação que denuncia

as ficções da hegemonia heterossexual. Tal circuito pode ser mais bem compreendido se lançarmos mão da categoria de “experiências produtivas de indeterminação” (Safatle, 2012). Acreditamos que tal noção possibilita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas libidinais da violência motivada por diferenças sexuais, permitindo-nos pensar os circuitos de afetos envolvidos em situações de homofobia, transfobia, *queer*fobia etc.

Já sabemos, até aqui, que a aparição do estranho movimenta a angústia no eu do sujeito, que é, então, desamparado de suas identificações por um objeto que torce os protocolos identitários hegemônicos. Essa vacilação ocorre pela presença angustiante do a, que deveria ficar velado, mas apareceu, apontando para a indeterminação e o desamparo que restam como o fundo inumano em nós: a presença do sexual. No entanto, nossas formas de vida hegemônicas, estruturadas a partir de uma matriz binária heterossexual, fazem com que essa experiência seja precipitadamente vivida como indeterminação improdutiva. Em função disso, o estranho é transfigurado em abjeto. O que significa que há uma via facilitada pela cultura para que esse tipo improdutivo de experiência de indeterminação seja muito rapidamente convertido em uma experiência improdutiva de determinação. Isso se dá na medida em que o estranho, que tem o potencial de desamparar e despossuir sujeitos de suas próprias identificações egoicas, é localizado como abjeto, como esse elemento monstruoso, terrível, inumano, que seria pretensamente excluído da norma. Mas que é, antes, seu próprio exterior constitutivo, na medida em que é produzido em relação com a norma mesma.

Ainda assim, esse raciocínio carrega uma tensão silenciosa: aproximar o abjeto e a indeterminação por meio da categoria do estranho apresenta sutilezas. A abjeção é o exterior constitutivo da própria norma, ao passo que a indeterminação aponta mais além da norma atual, no sentido de tensionar seus limites. Por isso, uma aproximação entre o estranho e o abjeto precisa dar um passo a mais. Uma maneira de fugir desse impasse é afirmar que o abjeto é a maneira que as nossas formas de vida hegemônicas encontraram para escamotear o que há de indeterminado no pulsional, tentando determiná-lo como abjeto. Assim, trata-se da conversão de uma experiência (im)produtiva de indeterminação em experiência improdutiva de determinação. Podemos lançar, então, a seguinte hipótese: a indeterminação reaparece como abjeto. O abjeto é uma tentativa falhada de determinar o indeterminado da pulsão, elemento que é profundamente angustiante.

Desse modo, essa forma de defesa se passa de maneira similar à constituição da fobia: com a eleição de um objeto fóbico, eu localizo a angústia de indeterminação que, de outra maneira, seria excessivamente traumática, devido ao seu caráter inapreensível. Uma estratégia de defesa possível é que sujeitos produzidos dentro da hegemonia se protejam do não idêntico, do inumano neles mesmos com a projeção do estranho na abjeção. Com isso, eles podem tentar criar fronteiras rígidas entre dentro e fora, entre eu e outro, fronteiras que não conseguem se sustentar com tamanha impermeabilidade, bem como atesta a psicanálise.

Da mesma maneira, a experiência de indeterminação que é vivenciada como improdutiva — pelas fortes exigências de coerência identitária que recaem sobre os sujeitos — é logo convertida em experiência improdutiva de determinação, em que o estranho é traduzido como abjeto. Quando, em certas circunstâncias, um sujeito com semblante produzido dentro da hegemonia depara com o estranho, *queer*, essa experiência de vacilação identitária costuma disparar um circuito tradutivo de determinação que se apresenta como improdutivo, por estar atrelado à violência e à negação do seu próprio desamparo, do seu próprio inumano. Vale lembrar a descrição que Butler (1993) dá pelo funcionamento do abjeto, o qual carrega uma ameaça de dissolução do eu do sujeito, constituindo zonas de inabitabilidade que um sujeito fantasia como ameaçando sua própria integridade: “*Eu preferiria morrer a ser ou fazer aquilo!*” (p. 243, tradução nossa). O que aponta para nossa inabilidade em viver experiências de angústia de maneira produtiva. Algo que a categoria do estranho pode contornar, por prefigurar novas formas de vida.

Assim, a experiência do *Unheimliche* nos parece apontar para a ambiguidade constitutiva das identidades, o caráter potencialmente abjeto de todo corpo, algo que perturba os predicados identitários, as imagens de si mesmo, os relatos do eu. O fato de o estranho sinalizar uma fissura no eu pode dar margem a essa modalidade de reconhecimento mais além das figuras atuais do humano, que Safatle (2016) denominou de “reconhecimento antipredicativo”. Tal reconhecimento não se pauta apenas em atributos positivos, predicados estáveis de uma identidade narrada por alguém,

dependentes de uma figura atual do humano. Trata-se, muito mais, de reconhecer que há pontos de negatividade e opacidade que residem no interior de todos nós, pontos que tornam impossível a tarefa de o sujeito se esgotar em seu próprio enunciado.

Em virtude dessa outra via de reconhecimento, parece possível vislumbrar a montagem de outras formas de vida, de outros circuitos de afetos, que permitam outras montagens libidinais e que, no horizonte, abram caminhos para tornar produtivas as experiências improdutivas de indeterminação que apresentam os sujeitos com o eu produzido dentro da hegemonia. Desse modo, apontamos na direção de modos de vida em que os sujeitos possam circular com menores sofrimentos de determinação, sendo mais capazes de lidar com a angústia do indeterminado. Com isso, será possível, quem sabe, minimizar a saída da violência como resposta àquilo que desafia uma gramática normativa e positiva de reconhecimento.

Isso porque as figuras atuais do humano, enquanto produzem a norma e a abjeção a partir de uma matriz de heterossexualidade compulsória, de uma hegemonia heterossexual, fazem com que a constituição psíquica seja tão normativamente traumática, pela via da determinação identitária, que o aparecimento do indeterminado, sob a forma do estranho-familiar, só pode ser experienciado improdutivamente como abjeto. Essa concepção nos permite repensar o estatuto da pulsão de morte, na medida em que ela se situa entre a destruição e o negativo, mas, em nossas formas de vida, ela parece só poder ser vivida como destrutividade. No entanto, quando a identificação egoica de um sujeito vacila, pelo encontro com um estranho abjeto, isso não precisa ser convertido tão rapidamente em medo; é também possível converter isso em um reconhecimento do desamparo que está no fundo das figuras do humano. A experiência de vacilação da identidade é angustiante: mas isso não precisa ser diretamente revertido em medo, um exímio gerador de violência (Safatle, 2016, p. 48). É possível, seguindo outra via, converter essa vacilação em um reconhecimento do desamparo, do fundo de opacidade e de contingência que resta por trás das figuras atuais do humano.

Podemos pensar, portanto, em dois destinos da angústia gerada pelo encontro com o estranho abjeto, a qual se desdobra numa vacilação identitária. Por um lado, o recurso ao medo; por outro, o reconhecimento do desamparo. Em nossos circuitos de afetos tradicionais, a angústia do indeterminado é muito rapidamente convertida em medo, localizado no abjeto, o que funciona como uma via facilitada para a violência. Assim, medo e violência apresentam, a nosso ver, um destino improdutivo para a angústia da vacilação identitária. Outro destino possível é aquele em que a angústia diante do estranho, do abjeto, possibilita o reconhecimento do desamparo psíquico e abre as portas para uma reconfiguração subjetiva, uma dissolução do eu do sujeito que permita certa porosidade ao não identitário, mesmo que isso não abra mão, de todo, dos contornos identitários.

Todo esse movimento não é sem objetivo: fundar outras figuras do humano, que reconheçam o fundo negativo de opacidade que reside em todos nós, um caminho possível para que a violência não seja a via de resposta cultural hegemônica; para que o abjeto não seja a tradução para a indeterminação do estranho; e para que os limites entre a norma e a abjeção, isto é, os limites do humano, possam ser reconfigurados, reterritorializados. Isso porque, em nossas formas de vida hegemônicas atuais, o eu, como sintoma humano privilegiado, parece ter de sustentar sua imagem de si a qualquer custo, fazendo isso por meio de um investimento libidinal narcísico que torna sofrida toda vacilação da identidade. A estruturação do eu, que é uma defesa frente à pulsão, ao desejo, ao a, pode ser feita de maneira mais porosa ao indeterminado.

Pois nossos modos de vida tentam desconhecer o sujeito do inconsciente, reduzindo o sujeito ao indivíduo, à pessoa, ao eu, gerando forte sofrimento de determinação, por uma visão excessivamente simples e reducionista do que é o desejo e do que é o sujeito. Acompanhamos, por isso, as propostas de Safatle (2016) ao retomar o desamparo como afeto político central, numa perspectiva mais atenta à negatividade, à opacidade, à indeterminação que nos habita. Trata-se do desamparo, enfim, visto como condição humana essencial, ao apontar para seu fundo inumano, isto é, que não se deixa reduzir às figuras atuais do humano, figuras determinadas que têm pretensão de alcançar unidade, autenticidade, identidade e autonomia.

A identidade, entre repressão e produção

Até aqui, discutimos as maneiras pelas quais podemos considerar que a determinação é porosa, ela dá margem à sua própria vacilação. Pois “não há determinação completa, ... no sentido de determinações que anulariam a ‘incontornável ambiguidade da experiência’” (Safatle, 2012, p. 300). Sempre haverá, em toda determinação, um fundo opaco que corrói toda tentativa de esgotar, numa identidade, num relato, aquilo que é o sujeito do inconsciente. Algo que Butler (1990/2015a) também diz, à sua maneira, ao assegurar que nenhuma identificação se realiza por completo, apenas num plano assintótico. Por isso, para Safatle (2012), a psicanálise se organiza em torno do reconhecimento de que existe um sofrimento de determinação, isto é, um sofrimento pelo caráter demasiado restritivo das exigências identitárias que fundam as figuras atuais do humano, no que elas ainda carregam expectativas de um sujeito racional, restrito ao eu, unificado, consciente, independente, autêntico, capaz de se esgotar em suas narrativas de si mesmo. Algo que nos torna incapazes de vivenciar, de maneira produtiva, “experiências de não identidade e indeterminação” (p. 6).

Tal consideração leva Safatle (2012) a afirmar que nosso “sofrimento mais aterrador é esse resultante do caráter repressivo da identidade” (p. 230). Concordamos com essa afirmação, mas acreditamos que é preciso ir mais longe. Isso na medida em que enfatizar o caráter repressivo deixa de lado o sofrimento gerado pela faceta produtiva da identidade: produtor de violência, de escoamentos pulsionais destrutivos, pela produção do abjeto, do estranho traduzido em abjeto, pela produção de vidas que não são passíveis de luto, de serem reconhecidas e vividas (Butler, 2009/2016). São as categorias da identidade, quando constituídas de maneira excessivamente rígidas, que produzem esses tipos de violência. Algo que podemos ver com clareza em fantasias sociais típicas como aquelas que dizem que “homem com homem vira lobisomem” e “mulher com mulher vira jacaré”. Elas colocam o que foge ao normativo no campo do monstruoso e do animalesco, o que gera alto preço, a ser pago, hegemonicamente, pela via da violência.

Assim, parece-nos interessante pensar a possibilidade de um trânsito menos rígido entre a determinação e a indeterminação, de modo que sujeitos não sejam levados a afirmar uma identidade a qualquer custo, permitindo que uma vacilação de sua ficção narrativa não precise ser tomada como uma ameaça de dissolução subjetiva completa. É isso que se trata de fazer reconhecer ao dizer que o sujeito não se reduz ao eu, ao indivíduo, à forma da pessoa. Todo sujeito, por ser parasitado pelo sujeito do inconsciente, porta também os traços do inumano, potência que permite corroer as formas normativamente determinadas e atualmente realizadas do humano (Safatle, 2012, p. 233-234). Inumano que se revela, em nós, pela indeterminação do sexual, situado mais além de toda norma, seja ela heterossexual, matrimonial, genital, instintiva, reprodutiva.

Por isso, o esforço identitário de se congelar num enunciado, como “sou macho, sou isso ou aquilo”, revela-se como supérfluo, na medida em que o sentido desliza. Reconhecer isso permite produzir formas de vida menos violentas. Pois, mais além dos semblantes sexuais e no avesso das *performances* de gênero, resta o objeto *a*, enquanto elemento opaco, enigmático, causa de desejo, imperformável, que a pulsão vem contornar. As narrativas identitárias, presentes em frases como “homem macho gosta é de mulher” ou “mulher nasceu para casar/ser mãe”, fazem desconhecer justamente aquilo que opera no subterrâneo dos semblantes e das *performances*: o desejo, vagabundo, fugidio e inapreensível.

Considerações finais

Ao cabo dessa discussão, podemos pensar que a estratégia de conversão do estranho em abjeto é uma tentativa de estabelecer fronteiras rígidas entre eu e outro, fronteiras que não se sustentam dessa maneira, por apresentarem poros não-todo tamponáveis. A psicanálise atesta justamente que há uma confusão íntima entre o eu e o outro, entre o que é meu e o que é do outro, apontando para a despossessão identitária que a alteridade desencadeia em nós. Por isso, sustentamos o potencial político do estranho como elemento de indeterminação que arrasta consigo um fundo alteritário, indizível e contingencial das determinações identitárias. Algo que pode nos colocar em movimento na direção de construir diferentes circuitos de afetos e que põe em questão as ficções narrativas do eu,

assinalando a presença velada do desamparo como pano de fundo essencial de nossa constituição psíquica.

Trata-se de reconhecer, então, que o sujeito do inconsciente se define menos pela figura de um indivíduo que possui atributos positivos do que por portar algo “que resiste ao próprio processo de predicação” (Safatle, 2016, p. 246). Nesse sentido, o sujeito é tido como um processo de implicação com o que é indeterminado do ponto de vista da situação atual, podendo o estranho, portanto, apontar para a produção de novas formas de vida. Assim, acreditamos que os processos de constituição de sujeitos generificados ainda podem permitir maior trânsito entre determinação e indeterminação, sem ter de soterrar a qualquer custo esse elemento imperformável que é a pulsão, o sujeito em seu mais íntimo, isto é, o estranho.

Por fim, mais além de pensar as facetas repressivas da identidade, pareceu-nos relevante salientar as esferas produtivas que as determinações identitárias engendram, ao fornecerem as vias facilitadas para a produção de violência contra o abjeto, estimulando situações de homofobia, transfobia, *queerfobia* etc. Isso ocorre ao converter muito rapidamente o estranho em abjeto, prática que produz vidas que não são passíveis de luto, de serem reconhecidas e vividas, em oposição ao normativo hegemônico. Com essa reflexão, a ontologia, entre Butler e Safatle, torna-se ponto de partida para políticas que, de um lado, excedam e atravessem “categorias de identidade” (Butler, 2009/2016, p. 16) e, de outro, realizem uma “crítica das formas atuais de determinação” (Safatle, 2016, p. 29), apresentando movimentos que desarticulem o campo das identidades. Parece-nos possível pensar, doravante, a construção de novas formas de vida que produzam menos violência e menos sofrimento de determinação.

Referências

- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2015a). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990).
- Butler, J. (2015b). *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 2005).
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2009)
- Freud, S. (2010). O inquietante. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 14) (pp. 328-376). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In: S. Freud, *Obras completas* (vol. 17) (pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Knudsen, P. P. P. S. (2010). Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 18(1), 161-170, jan.-abr./2010.
- Lacan, J. (2005a). O simbólico, o imaginário e o real. In J. Lacan, *Nomes-do-Pai* (pp. 9-54). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (2005b). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-63).
- Lacan, J. (2009). *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-54).
- Safatle, V. (2012). *Grande hotel abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Recebido em 06/05/2016
Aceito em 01/08/2017

Vinícius Moreira Lima: graduando em Psicologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador na área de psicanálise, bolsista de iniciação científica pelo PIBIC/CNPq.

Ângela Maria Resende Vorcaro: professora associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora em Psicologia Clínica, pela Universidade de São Paulo (USP).